

Notas e informações

Retorno ao arbítrio

Nunca se soube que Antoine Pinay tivesse ameaçado os franceses com os poderosos instrumentos do Fisco, forçando-os a poupar. O simples anúncio de sua ida para o Ministério das Finanças restabelecia a confiança dos pequenos investidores e do grande capital. No Brasil, o que até ontem era apontado como a prova do acerto das medidas do Plano Cruzado agora é alvo do ataque do ministro da Fazenda, que faz apelo aos pequenos investidores para que poupem e não comprem: "A população precisa se convencer de que deve consumir menos e poupar mais, para amanhã não sermos obrigados a tomar medidas na área fiscal". Aquilo que era condenado nos outros, como política antipovo e monetarista, agora aparece, sob a forma da ameaça, como salvação da Pátria.

O ministro Funaro não consegue explicar como a população deve poupar nem por quê. Aliás, ninguém em sã consciência conseguirá convencer os pequenos investidores, ou o grande capital, de que é melhor poupar hoje do que entregar ao Estado amanhã. A poupança, todos sabem, é um ato de fé dos investidores no mercado e no governo. No Brasil, desde a implantação do Plano Cruzado, uma mercadoria que anda em falta é esse tipo de confiança.

O Plano teve, desde o início, dois efeitos: um, foi o aumento do poder de compra de amplos setores da população, que tiveram crescimento real mensal de suas rendas; outro foi a desmobilização das poupanças, jogadas ao consumo. O primeiro efeito, em si não prejudicial à economia, revelou-se perverso quando se associou ao segundo. Alertados, os responsáveis pela economia deram de ombros e continuaram sua cega política. A mobilização da ira popular contra comerciantes em nome do presidente da República iludiu quantos imaginavam possível administrar a economia por decreto em regime democrático; a escassez de bens — que o ministro Brossard hoje reconhece ser fruto também da onda de consumismo — foi vista como sabotagem dos empresários. Tudo parecia correr bem até que a realidade das prateleiras vazias e da falta de alimentos levou o governo a admitir que alguma coisa andava mal. Infelizmente para o Brasil, em vez de reconhecer que a violenta-

ção do mercado produzira crise de que não se tem notícia na história recente, os responsáveis pela economia persistiram em seu erro e foram retirar do baú das curiosidades históricas a Lei Delegada nº 4, e agora, do fundo do saco do autoritarismo, o Decreto-Lei nº 2, de 14 de janeiro de 1966, para ver se conseguem corrigir seus erros. É impossível fazê-lo, no entanto, porque em poucos meses fizeram aquilo que nem o sr. Leonel Brizola e o sr. João Goulart conseguiram em 1964: desorganizar a economia nacional.

O marechal Castello Branco sabia, ao contrário dos jacobinos de hoje, que a guerra contra o mercado não se faz impunemente; sabia também que o terror é condição indispensável para que as populações colaborem com o poder de Estado. Por isso, o artigo 3º do DL 2/66 é claro ao dizer que as autoridades federais, estaduais e municipais que não emprestem à Sunab "a colaboração que lhes for solicitada" para a aquisição de bens e serviços serão processadas e julgadas pela Justiça Militar. Os empresários ou cidadãos prestantes que opuserem embaraços à "consecução dos objetivos do presente decreto-lei" serão processados e julgados pela Justiça Militar. Aos governos dos Estados, territórios e municípios, pelo artigo 4º, cabem as responsabilidades de executar todas as normas baixadas pela Sunab para que os objetivos (nacionais e permanentes?) do decreto-lei sejam cumpridos. No § 2º desse artigo 4º, estabelece-se a pena: "O cumprimento do disposto no caput deste artigo é condição para a concessão de quaisquer favores ou assistência, inclusive financeira, por parte do governo federal". E o Conselho Monetário Nacional, por solicitação da então Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços, deverá restringir o crédito às empresas que aumentarem preços. O confisco dos bens — chamado de requisição, pois em guerra se estava — será efetuado mediante indenização em dinheiro "de acordo com os preços previamente fixados pela Sunab com base no comportamento normal do mercado" (art. 1º, § 1º). Como a

Sunab tabela os preços no nível que entende, o mercado desaparece...

Depois de o porta-voz do Planalto e de o ministro da Justiça ameaçarem pecuaristas, governadores, prefeitos e funcionários com a Justiça Militar, o ministro da Fazenda deseja que a população poupe, isto é, tenha confiança na política econômica do governo. Como se poderá poupar se o esforço de anos para a conquista de mercados externos foi jogado na cesta de lixo, com a proibição da exportação de carne, frango e de tudo que se julgar necessário? Como se poderá poupar, se a cada dia o Executivo dá mostras de não saber que rumos dará à política econômica do País? A Bolsa de Valores cai; o dólar sobe no mercado paralelo, apesar de a Polícia Federal estar presente — apenas o ministro da Fazenda aparenta tranquilidade, ameaçando céus e terras com medidas para conter a demanda.

Quando o governo do PMDB e da Frente Liberal vasculha as áreas do autoritarismo e remete à Justiça Militar as vítimas da Sunab, o Executivo confessa de público sua impotência ante a situação. No entanto, foi ele quem libertou o gênio que estava preso na garrafa. Teriam convencido o presidente Sarney de que o gênio era bom e faria todos os brasileiros felizes, e, no entanto, uma vez solto ele mostrou a verdadeira face, que é a da inflação socialista, isto é, da escassez...

Em meio a tudo isso, o ministro da Fazenda condena os que prevêem um mau Natal. No entanto, a profecia começou a cumprir-se em setembro, quando as prateleiras ficaram vazias. Se um dia voltarem a encher-se, mantida essa política suicida, será porque o terror do autoritarismo militar, que se supunha derrotado, passou a dirigir a economia de forma insuspetada. O grave é que o Executivo não é capaz de perceber que a política que persegue conduzirá ao fim das liberdades democráticas. e nela prosseguirá até ver regularizado o abastecimento, nos seus termos. Nessa linha continuará até que nova crise o obrigue a desengavetar outro decreto-lei. Se o autoritarismo não soube prever tudo, far-se-á outro decreto-lei, mais drástico, dando ao Executivo maiores poderes para combater a livre iniciativa. Não é isso que está por detrás de tudo o que se anuncia em nome do bem do povo?